

CORREIO ECONÔMICO

POR MARTHA IMENES



Ministro dos Transportes Renan Filho

Consulta sobre fim da exigência de autoescola

O Ministério dos Transportes abriu uma consulta pública que pretende modificar as regras para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). A proposta prevê que o candidato possa escolher diferentes formas de se preparar para os exames teórico e prático, que continuarão obrigatórios, como condição para a emissão da CNH. A ideia é retirar a obrigato-

riedade de contratação de autoescolas por parte dos candidatos, que poderão contratar instrutores autônomos credenciados.

“Hoje, os altos custos e a burocracia impedem milhões de pessoas de ter a habilitação. 20 milhões de brasileiros dirigem sem carteira, porque o modelo atual é excludente, caro e demorado demais”, afirmou o ministro do Transportes, Renan Filho.

Preparação

“Com a nova proposta, o cidadão terá mais liberdade para escolher como se preparar para as provas do Detran, de forma mais personalizada e acessível. O objetivo do governo é democratizar o acesso à CNH”, acrescentou o ministro dos Transportes, Renan Filho.

Flexibilização

A expectativa do governo é que a flexibilização na formação de novos motoristas reduza o custo da CNH, que atualmente pode ultrapassar R\$ 3,2 mil, além de ampliar a inclusão e tornar o trânsito mais seguro no país, avalia o Ministério dos Transportes.



Nas gôndolas o preço afugenta o consumidor

Abic: custo nas alturas provoca retração no mercado

A Associação Brasileira da Indústria do Café (Abic) avalia que a alta dos preços do café observada em 2025 causou retração no consumo. Segundo a associação, houve queda de 5,41% nas vendas de café no mercado brasileiro, entre os meses de janeiro e agosto deste ano, na comparação com o mesmo período do ano pas-

sado. Em números absolutos, as vendas caíram de 10,11 milhões de sacas para 9,56 milhões de sacas neste ano. A Abic reconhece que a alta nos preços foi expressiva, fazendo com que alguns tipos de café, como o solúvel, acumulassem aumentos de até 50,59%. A Abic espera fechar o ano com patamar semelhante a 2024.

Coca-Cola

A Solar Coca-Cola, do Sistema Coca-Cola Brasil, e a Cirklo, recicladora de garrafas PET no Brasil, e firmaram parceria para construir uma fábrica de reciclagem de garrafas PET na região Norte. Localizada em Ananindeua (PA). O início de operação previsto para novembro.

Varejo

Mesmo com menos consumidores circulando nas lojas em agosto - queda de 16% em shoppings e 7% em ruas - o faturamento do varejo físico cresceu 4% ante 2024, segundo o Índice de Performance do Varejo (IPV), da HiPartners. O movimento foi impulsionado pelo Dia dos Pais.

Nestlé

A Nestlé Brasil amplia a presença no Nordeste com a inauguração do centro de distribuição regional em Pernambuco, localizado em Cabo de Santo Agostinho. Com investimento de R\$ 86 milhões, o novo espaço é um dos maiores CDs da companhia.

Conta Simples

A Conta Simples, plataforma de gestão de despesas corporativas, lançou o Viaja Simples/VCN Card, linha de crédito de R\$ 150 milhões e cartões corporativos que chega ao mercado para ajudar operadoras de turismo empresarial a melhorarem seus processos por meio de IA.

Haddad comemora isenção do IR. Veja o que muda

Expectativa é de que 16 milhões de pessoas sejam beneficiadas

Lula Marques/Agência Brasil.



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, comemorou a aprovação da isenção do IR

Por Martha Imenes

A aprovação da proposta que isenta do Imposto de Renda quem ganha até R\$ 5 mil mensais e alíquotas reduzidas para rendimentos de até R\$ 7,35 mil, foi comemorada pelo governo e contribuintes. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, por exemplo, chamou a votação de histórica. O texto ainda precisa ser analisado pelo Senado Federal.

Com um placar de 493 votos favoráveis e nenhum contrário, Haddad se disse esperançoso com a expectativa de construir outras legislações positivas para o país junto com o Congresso Nacional.

“O placar me deu esperança de que temos muito o que construir juntos”, disse o ministro.

Na noite de quarta-feira (1º) a Câmara dos Deputados aprovou a isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física para quem ganha até R\$ 5 mil e desconto para quem ganha até R\$ 7,35 mil mensais.

Para compensar o benefício, o texto prevê a tributação de pessoas com rendimentos acima de R\$ 600 mil por ano, com uma alíquota progressiva de até 10%.

Para o ministro da Fazenda, as novas regras não buscam apenas justiça tributária:

“É justiça tributária com neutralidade fiscal, ancorada no equilíbrio fiscal e que beneficiará 15 milhões de pessoas. Dez milhões deixarão de pagar imposto de renda; e cinco milhões pagarão menos”, disse o ministro.

“Apenas 141 mil (contribuintes0, que pagam hoje alíquota média de 2,5%, vão passar a pagar o que chama-

mos de Imposto de Renda mínimo. Isso é uma novidade”, disse ao se referir aos 0,13% dos contribuintes que passarão a contribuir com uma alíquota progressiva de até 10% dos rendimentos.

Acompanhamento

Perguntado sobre eventuais alterações futuras nas regras aprovadas, Haddad reiterou à Agência Brasil que toda política pública exige acompanhamento e que não será diferente

no caso dessa nova legislação.

Algumas alterações sugeridas pelos parlamentares foram englobadas no documento final do deputado Arthur Lira, que foi o relator da proposta. Uma delas foi a inclusão de alguns tipos de rendas que poderão ser deduzidas, como é o caso dos títulos do agronegócio e do ramo imobiliário, bem como das com origem em lucros e dividendos cuja distribuição tenha sido aprovada até 31 de dezembro de 2025.

Redução para quem ganha R\$ 7,35 mil

A lei prevê beneficiar cerca de 16 milhões de brasileiros. A estimativa considera, além da isenção total aos rendimentos de até R\$ 5 mil, uma redução das alíquotas de quem recebe até R\$ 7,35 mil, com base na atual tabela progressiva do IR. Conforme as projeções, o contribuinte com salário mensal de R\$ 6,25 mil terá uma economia anual de aproximadamente R\$ 1,8 mil por ano com a medida.

Alíquota reduzida será gradual. Pessoas com renda ligeiramente superior a R\$ 5 mil por mês, por exemplo, pagarão proporcionalmente menos do que indivíduos que ganham até R\$ 7,35 mil. Para quem passa desse valor, a cobrança do IR não muda.

Uma compensação será dada por uma tributação míni-

ma para os contribuintes mais ricos. Para cobrir a perda arrecadatória, será cobrado um imposto mínimo de contribuintes com renda superior a R\$ 600 mil por ano (o equivalente a R\$ 50 mil por mês), além de uma taxaço sobre remessas de dividendos ao exterior.

O rendimento via dividendos não é tributado. Muitos profissionais liberais que trabalham em regime “pejotizado” (como pessoa jurídica, em vez de carteira assinada) conseguem evitar total ou parcialmente o pagamento de imposto ao retirar sua renda dos dividendos das suas empresas, que são isentos do pagamento de IRPF. A adoção do imposto mínimo visa reduzir a distorção.

População mais rica vai pagar até 10%

Alíquotas sobre a população mais rica chegarão a 10%. A cobrança será gradual para os rendimentos que ultrapassarem R\$ 600 mil por ano (R\$ 50 mil por mês), começando por uma faixa de 2,5%. O percentual mais elevado incidirá sobre pessoas com rendimento anual acima de R\$ 1,2 milhão (R\$ 100 mil por mês), que serão responsáveis pelas cobranças máximas.

O imposto mínimo vai considerar o que já foi pago pelas faixas de renda mais altas. Por exemplo: caso um contribuinte com rendimento anual de R\$ 1,2 milhão recolha 8% de Imposto de Renda, terá que pagar apenas mais 2% para atingir os 10%. Se um contribuinte com R\$ 2 milhões já pagou 12% de

IR, não pagará nada a mais.

Lucros e dividendos entrarão no cálculo dos rendimentos elevados. Isso porque a tributação da pessoa física será contabilizada por salários, aluguéis, dividendos e outros rendimentos. Não entram na compensação eventuais lucros com a venda de bens, herança, poupança, aposentadoria por doença grave e indenizações.

A soma da tributação como pessoa jurídica e como pessoa física não poderá ultrapassar 34% do valor dos dividendos pagos por empresas não financeiras, ou 45% no caso das empresas financeiras. Dividendos enviados ao exterior ficam sujeitos a uma tributação de 10% na fonte, independentemente do valor.

Vendas da indústria de máquinas crescem 10,6% no acumulado do ano

Ricardo Stuckert/PR



Máquinas agrícolas em Minas Gerais no âmbito do Promaq

A receita de vendas da indústria de máquinas e equipamentos atingiu R\$ 200,8 bilhões nos oito primeiros meses do ano (janeiro a agosto), 10,6% acima do registrado no mesmo período de 2024. O resultado, no entanto, mostra uma desaceleração no crescimento das vendas em 2025: no acumulado até julho, a elevação, em comparação ao ano anterior, era de 13,6%. Os dados, divulgados nesta quarta-feira (1º), são da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

No mês de agosto, já com o início do tarifação dos Estados Unidos contra o Brasil, a receita de vendas recuou 5,6% em relação ao mesmo mês de 2024 e atingiu R\$ 26,5 bilhões.

“Esse desempenho na receita do setor veio em linha com as expectativas. Para os próximos meses a tendência é de manutenção da desaceleração, reflexo da política monetária contracionista e

agravada pelo tarifação sobre os produtos da indústria de máquinas e equipamentos”, disse a entidade, em nota.

De janeiro a agosto, a receita das vendas internas do setor somou R\$ 153,2 bilhões, 12,7% superior ao registrado no mesmo período do ano passado. Já as ex-

portações do setor totalizaram US\$ 8,3 bilhões nos oito primeiros meses de 2025, uma leve queda de 0,1% na comparação com o mesmo período de 2024.

“Apesar da estabilidade, houve, entre os grupos de produtos exportados, incremento nas vendas de máquinas agrí-

colas, de máquinas para bens de consumo não duráveis e de componentes. O maior crescimento ocorreu nas vendas para os países da América do Sul e em maior escala na Argentina, Chile e Peru”, apontou a entidade em nota.

Mudança

Segundo a associação, no acumulado de 2025, houve mudanças importantes nos principais destinos das exportações brasileiras de máquinas e equipamentos. As vendas para a América do Norte caíram 9%, enquanto a Europa e a América do Sul cresceram 11,6% e 17,2%, respectivamente.

Para os Estados Unidos, que representaram 25,9% das exportações do setor no acumulado de 2025, até agosto, houve queda de 7,5% nas vendas, principalmente devido à retração na demanda por máquinas para construção civil (-14,9%). As importações somaram US\$ 21,1 bilhões.